



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000010-55.2018.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: **Repactuação – CCT 2019/2019 – Contrato n. 11/2018 – Contratada: E R P DE OLIVEIRA & CIA LTDA. - Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização em edificações, sem fornecimento de material de limpeza.**

PARECER JURÍDICO Nº 0427921 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa - E R P DE OLIVEIRA & CIA LTDA para a prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização em edificações, sem fornecimento de material de limpeza, nas unidades da Justiça Eleitoral em Porto Velho, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 11/2018 ([0304616](#)), o qual se encontra em plena vigência.

02. Por meio de e-mail acostado aos autos pelo evento [0420428](#), a contratada requereu a repactuação dos preços do contrato supracitado em virtude de celebração da **CCT/2019 - Convenção Coletiva de Trabalho SEAC-RO/SINTELPES 2019/2019/CTN** ([0420429](#)), apresentando planilhas de custos com os cálculos da repactuação pretendida ([0420433](#)) e cópia da citada convenção coletiva ([0420431](#)).

03. Após análise do pedido de repactuação, a chefe da SEAP - Seção de Administração Predial, por meio da Informação n. 3198 ([0420964](#)) relata que da análise das planilhas de custos apresentadas pela empresa não foi constatada nenhuma inconsistência, ajustando-se perfeitamente com as planilhas emitidas pela SEAP, evento [0420963](#).

04. Ademais, noticiou que com a repactuação de 2019/2019 haverá um aumento da prestação dos serviços contratados, que passará dos atuais R\$ 48.982,59 (quarenta e oito mil novecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e nove centavos) para R\$ 51.057,64 (cinquenta e um mil cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos, provocando um aumento de 4,24% (percentual “arredondado”) no valor mensal dos serviços contratados, e como consequência o valor da contratação deverá sofrer uma



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atualização de 3,18 % (três vírgula dezoito por cento), conforme informação da unidade gestora da contratação.

05. Sendo a repactuação ora em análise, retroativa a 01/01/2019, haja vista a convenção ter estabelecido como data base tal dia, haverá uma diferença a pagar relativa ao período de 01/01/2019 até o mês em que for formalizada a pretendida repactuação. A chefe da SEAP informa que para o custeio da repactuação de 2019 será necessário o reforço da nota de Empenho 2019NE000048, no valor de R\$ 24.960,60 (vinte e quatro mil, novecentos e sessenta reais e sessenta centavos).

06. Mediante o Despacho n. 2345 ([0421082](#)), o Secretário da SAOFC encaminhou os autos à COFC para programação orçamentária; à SECONT para elaboração da minuta e, após, a AJDG para análise e emissão de parecer jurídico.

07. A programação orçamentária foi anexada no evento [0421410](#) e a minuta de apostila n. 01, elaborada pela SECONT, foi juntada aos autos pelo evento [0424986](#).

08. Por fim, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para análise quanto à possibilidade jurídica da repactuação e aprovação da minuta suso citada. **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

2.1 – DA REPACTUAÇÃO

09. De acordo com o TCU, “a repactuação de preços aplica-se apenas às contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra e ocorre a partir da variação dos componentes dos custos do contrato, **desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir**, conforme estabelece o artigo 5º do decreto 2.271/1997, devendo ser demonstrada analiticamente, de acordo com a planilha de custos e formação de preços” (Acórdão nº 1.574/2015-Plenário).

10. Várias são as orientações da Corte de Contas Nacional a respeito das repactuações de contratos de prestação de serviços contínuos por via dos Acórdãos TCU nº 474/2005 – Plenário e 1563/2004 - Plenário.

11. Veja-se, ainda, o art. 55 da IN/MPDG n. 05/2017:

Art. 55. O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

II - da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

12. Assim, pela análise técnica da gestão contratual, inclusive com relação aos cálculos, parece aplicável a regra da repactuação registrada no Contrato Administrativo nº **011/2018**, o qual previu expressamente as situações de repactuação do ajuste nas hipóteses de majoração dos valores de mão de obra – como, ademais, de outros componentes de custo do contrato, a exemplo dos insumos, conforme registro na **Cláusula Décima Sexta** do Contrato nº 011/2018, evento [0304616](#).

13. Destaque para o parágrafo primeiro da cláusula décima segunda da CCT 2019/2019 – que trata do pagamento de adicional de insalubridade, a referida convenção manteve o pagamento de insalubridade a todos os trabalhadores que realizem higienização de instalações e limpeza de áreas hospitalares, no grau máximo de 40%, enquadrando-se nessa situação um contingente de 6 servidores de limpeza - levando-se o fato em correspondência a informação 3198 da unidade gestora, **bem como as demais alterações provocadas pela CCT/2019** e explanadas na informação. Nesse compasso, o **art. 57, § 1º e 2º III, da IN/MPDG nº 05/2017**, disposição analogicamente integrante do Contrato nº 08/2015, em sua Cláusula Décima Primeira, item VII, **verbis:**

Art. 57- As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho que fundamentas que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

§ 1º É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, **exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, Acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, observado o disposto no artigo 6º desta instrução normativa.**

§ 2º A variação de custos decorrente do mercado somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

III- a nova planilha com a variação dos custos apresentada;

14. **In casu, para os serviços prestados até a presente data** a Administração apenas arcará financeiramente com a **diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no parágrafo único do art. 58, da IN MPOG/SLTI nº 005/17, verbis:**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 58. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:

§1- Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

15. Cabe ressaltar que a **CLÁUSULA OITAVA** do supracitado contrato registra que a Garantia deverá ser renovada e complementada a cada repactuação ou acréscimo quantitativo do contrato.

III – CONCLUSÃO

16. Pelo exposto, com os elementos existentes nos autos, principalmente na informação da unidade Gestora do Contrato, na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer e, diante da comprovação da existência de recursos orçamentários para suporte da despesa no exercício corrente, opina esta Assessoria Jurídica:

a) pelo deferimento da repactuação no percentual de 4,24 (quatro inteiros e vinte e quatro centésimos por cento), sobre o valor mensal dos postos de trabalho (a referida repactuação tem efeitos retroativos a 01/01/2019), atualização de 3,18% (três inteiros e dezoito centésimos por cento) do valor do contrato, – tudo demonstrado na informação da unidade gestora (0420964), de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2019 ([0420431](#)), com fundamento no **art. 5º do Decreto Federal nº 2.271/97**, pelo **Acórdão TCU nº 1.563/2004 - Plenário** e pelo **ART. 53** e seguintes da **IN MPDG nº 05/2017**.

b) pela consequente atualização dos valores do Contrato nº 11/2018, a saber: **i) soma do custo mensal de cada posto: R\$ 51.057,64** (cinquenta e um mil, cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos);

ii) impacto de 3,18% (três virgula dezoito por cento) sobre o valor total atual do contrato, **fixando seu novo valor em R\$ 1.231.486,41** (um milhão duzentos e trinta um mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta e um centavos), nos termos do quadro demonstrativo apresentado pela gestora, nas informações 3198 ([0420964](#)).

c) pela observância, ainda, da seguinte orientação:

c.1 – Como a repactuação pleiteada é retroativa a 01/01/2019 e, a Administração apenas arcará financeiramente com a diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

repactuação, na forma prevista no contrato, e nos termos do art. 58, parágrafo único, da IN MPDG nº 05/2017.

17. Por fim, verifica-se que os termos da **minuta da Apostila n. 01 carreada aos autos (0424986)**, sob o aspecto formal, encontram-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, estando apto, portanto, a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração, motivo pelo qual, para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, do diploma legal referido, esta Assessoria Jurídica manifesta sua aprovação aos referidos termos.

18. Enfatize-se a necessária atualização da garantia contratual, já sistematizada pelo Item VI da minuta do instrumento de Apostila carreado aos autos, com previsão na cláusula quinta do contrato n.08/2015.

19. Ressalte-se, por relevante, que esta unidade jurídica analisou os aspectos legais e formais do instrumento a ela submetido, já que incompetente legalmente para se pronunciar acerca de outras questões, como o valor decorrente dos atos registrados e **principalmente quanto aos cálculos e valores constantes das planilhas elaboradas.**

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente por **Camila Trindade da Silva, Estagiário**, em 26/06/2019, às 16:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 26/06/2019, às 16:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000010-55.2018.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: E R P DE OLIVEIRA & CIA LTDA. Solicitação de repactuação decorrente da alteração dos valores na CCT 2019/2019 do Sindicato da categoria, a partir de 01/01/2019.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DECISÃO Nº 353 / 2019 - PRES/ASSPRES

A empresa **E R P DE OLIVEIRA & CIA LTDA. - CNPJ nº 10.927.661/0001-10** solicita, mediante documento CT. nº 29/2019 (evento [0420429](#)), repactuação de valores referentes ao **Contrato n. 11/2018** (evento [0304616](#)), em decorrência da Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2019 (registrada no Ministério do Trabalho e Emprego em 06/05/2019), apresentando planilhas de custos com os cálculos da repactuação pretendida ([0420433](#)) e cópia da citada convenção coletiva ([0420431](#)).

O **Contrato n. 11/2018** (evento [0304616](#)) tem por objeto a prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização em edificações, sem fornecimento de material de limpeza, nas unidades da Justiça Eleitoral em Porto Velho e encontra-se em plena vigência.

A Seção de Administração Predial - SEAP, mediante Informação 3198 (evento [0420964](#)), aduz que, após análise das planilhas de custos apresentadas pela empresa, não foi constatada nenhuma inconsistência nos cálculos apresentados, coincidindo com as planilhas emitidas por aquela unidade (evento [0420963](#)), que baseará os demais cálculos da repactuação de 2019. Com a repactuação de 2019, o valor mensal da prestação dos serviços contratados passará dos atuais R\$ 48.982,59 (quarenta e oito mil, novecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e nove centavos) para **R\$ 51.057,64** (cinquenta e um mil, cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos). Assim, o novo valor provocará um aumento na ordem de 4,24% (percentual arredondado) no valor mensal dos serviços contratados.

Submetido o caso à análise da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, foi emitido Parecer Jurídico (evento [0427921](#)), ocasião em que aquela unidade consultiva opinou pela possibilidade jurídica da repactuação requerida, no percentual de 4,24% (quatro inteiros e vinte e quatro centésimos por cento), sobre o valor mensal dos postos de trabalho (a referida repactuação tem efeitos retroativos a 01/01/2019), atualização de 3,18% (três inteiros e dezoito centésimos por cento) do valor do contrato, – tudo demonstrado na informação da unidade gestora ([0420964](#)), de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2019 ([0420431](#)), com fundamento no **art. 5º do Decreto Federal nº 2.271/97, pelo Acórdão TCU nº 1.563/2004 - Plenário e pelo ART. 53 e seguintes da IN MPDG**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nº 05/2017, e também pela **atualização dos valores do Contrato nº 11/2018**, a saber: **1) soma do custo mensal de cada posto: R\$ 51.057,64** (cinquenta e um mil, cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos); **2) impacto de 3,18%** (três virgula dezoito por cento) sobre o valor total atual do contrato, **fixando seu novo valor em R\$ 1.231.486,41 (um milhão duzentos e trinta um mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta e um centavos)**, nos termos do quadro demonstrativo apresentado pela gestora, nas informações 3198 ([0420964](#)). Ressalta, ainda, a necessidade de observar que **a Administração apenas arcará financeiramente com a diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no contrato, e nos termos do art. 58, parágrafo único, da IN MPDG nº 05/2017**. Ao final, aprova os termos da **minuta da Apostila n. 01** carregada aos autos ([0424986](#)), para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Tanto a SAOFC (evento [0430935](#)) como a Diretoria-Geral (Manifestação n. 1082, evento [0431974](#)), perfilharam a mesma conclusão e inclinaram-se pelo deferimento da repactuação pleiteada no percentual de **4,24%** (quatro inteiros e vinte e quatro centésimos por cento), sobre o valor mensal dos postos de trabalho, incidindo **atualização de 3,18%** (três inteiros e dezoito centésimos por cento) no valor do contrato em questão, de acordo com a **Convenção Coletiva de Trabalho SEAD-RO/SINTELPES 2019/2019/CTN** ([0420429](#)), com fundamento no [caput do art. 12 do Decreto n. 9.507/2018](#), [Acórdão TCU nº 1.563/2004 - Plenário](#) e ainda no [art. 53 e seguintes da Instrução Normativa MPDG n. 05/2017](#); **atualização dos valores do Contrato Administrativo n. 11/2018** ([0304616](#)), fixando seu novo valor em **R\$ 1.231.486,41** (um milhão duzentos e trinta e um mil quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta e um centavos), nos termos do quadro demonstrativo da unidade gestora ([0420964](#)); **autorização do pagamento apenas da diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no contrato e nos termos do parágrafo único do art. 58 da Instrução Normativa MPDG n. 05/2017**, uma vez que a repactuação pleiteada é retroativa a **01/01/2019**; **reforço da Nota de Empenho 2019NE000048**, no valor total de **R\$ 24.960,60** (vinte e quatro mil novecentos e sessenta reais e sessenta centavos), para custear a repactuação do referido contrato; e, por fim, pela **notificação da Contratada para complementação da garantia contratual**, no valor de **R\$ 1.895,21** (um mil oitocentos e noventa e cinco reais e vinte e um centavos), no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura da minuta de apostila, correspondente a 5% (cinco por cento) do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

valor do contrato, com fundamento no [§ 2º do art. 56 da Lei n. 8.666/93](#) e Cláusula Oitava do Contrato n. 11/2018 ([0304616](#)).

Diante das informações coligidas aos autos, decido:

I - DEFERIR a repactuação requerida no percentual de **4,24%** (quatro inteiros e vinte e quatro centésimos por cento), sobre o valor mensal dos postos de trabalho, incidindo **atualização de 3,18%** (três inteiros e dezoito centésimos por cento) no valor do contrato em questão, de acordo com a **Convenção Coletiva de Trabalho SEAD-RO/SINTELPES 2019/2019/CTN** ([0420429](#)), com fundamento no [caput do art.12 do Decreto n. 9.507/2018](#); [Acórdão TCU nº 1.563/2004 - Plenário](#) e ainda no [art. 53 e seguintes da Instrução Normativa MPDG n. 05/2017](#);

II – AUTORIZAR a atualização dos valores do Contrato Administrativo n. 11/2018 ([0304616](#)), fixando seu novo valor em **R\$ 1.231.486,41** (um milhão duzentos e trinta e um mil quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta e um centavos), nos termos do quadro demonstrativo da unidade gestora ([0420964](#));

III – AUTORIZAR o pagamento apenas da diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no contrato, e nos termos do [parágrafo único do art. 58 da Instrução Normativa MPDG n. 05/2017](#), uma vez que a repactuação pleiteada é retroativa a **01/01/2019**;

IV – DETERMINAR o reforço da Nota de Empenho 2019NE000048, no valor total de **R\$ 24.960,60** (vinte e quatro mil novecentos e sessenta reais e sessenta centavos), para custear a repactuação do referido contrato;

V – DETERMINAR a notificação da Contratada para complementação da garantia contratual, no valor de **R\$ 1.895,21** (um mil oitocentos e noventa e cinco reais e vinte e um centavos), no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura da minuta de apostila, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com fundamento no [§ 2º do art. 56 da Lei n. 8.666/93](#) e Cláusula Oitava do Contrato n. 11/2018 ([0304616](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

À Diretoria-Geral e SAOFC, para conhecimento e adoção das providências decorrentes desta Decisão.

Porto Velho, 12 de julho de 2019.

Desembargador **KIYOCHI MORI**

Presidente em Exercício

Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOCHI MORI, Corregedor e Vice-Presidente**, em 15/07/2019, às 10:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

EXTRATO DE APOSTILA CONTRATUAL

Espécie: Extrato da Apostila 01 ao Contrato 11/2018/TRE-RO. Contratada: E R P DE OLIVEIRA & CIA LTDA, CNPJ nº 10.927.661/0001-10. Objeto: Registrar a Repactuação de 4,24% (quatro inteiros e vinte e quatro centésimos por cento) sobre o valor mensal dos postos (já inclusos os respectivos encargos legais), em face da homologação da Convenção Coletiva de Trabalho SINTELPES-SEAC-RO 2019/2019, com efeitos financeiros retroativos a 1º/01/2019. Valor do reajuste/apostila: R\$ 37.904,25. Programa de Trabalho: 02122057020GP0011; Elementos de Despesa: 33.90.37-02, Nota de Empenho: 2019NE000441, de 16/07/2019. Fundamento Legal: 65, II, "d" e §8º, da Lei n. 8.666/93; no art. 12 do Decreto Federal n. 9.507/2018; no Acórdão n. 1563/2004/TCU-Plenário e no art. 53 e seguintes, da Instrução Normativa n. 05/2017/SLTI/MPDG, por meio da DECISÃO Nº 353/2019 - PRES/ASSPRES. Apostila assinada em 18/07/2019, pelo Desembargador KIYOCHI MORI, Presidente em Exercício do TRE-RO. Processo SEI n. 0000010-55.2018.6.22.8000.

Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18/07/2019, às 13:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSÃO : 16Jul19 NUMERO: 2019NE000441 ESPECIE: REFORÇO 2019NE000048
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDERECO : AV. PRES. DUTRA, 1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 10927661/0001-10 - E R P DE OLIVEIRA & CIA LTDA
ENDERECO : SANTOS DUMONT 1709 TERREO PEDRINHAS
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76801-462
TAXA CAMBIO:

OBSERVAÇÃO / FINALIDADE

G/SEAP NOTA DE EMPENHO PARA REFORÇO DA NE Nº 2019NE000048, REPACTUAÇÃO DO CONTRATO Nº 11/2018, CONFORME PARECER JURÍDICO (0427921), MANIFESTAÇÃO DA DG (0431974), DECISÃO PRESIDÊNCIA (0434554) E DESPACHO 3138 DA SAOFC (0434810).

CLASS : 1 14122 02122057020GP0011 084771 0100000000 339037 000000 AIEF LIMPEZ
TIPO : GLOBAL MODAL.LICIT.: PREGAO
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00000105520186228000
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO /
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR REFORÇO : 24.960,60

VINTE E QUATRO MIL, NOVECIENTOS E SESENTA REAIS E SESENTA CENTAVOS*****

ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL OU SERVIÇO

ND: 339037 SUBITEM: 02 -LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 24.960,60
VALOR DO SEQ.: 24.960,60

REPACTUAÇÃO DO CONTRATO Nº 11/2018, REFERENTE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO NAS EDIFICAÇÕES DA SEDE DO TRE/RO, ANEXO II (ALMOXARIFADO E DE PÓSITO DE URANAS) E FÓRUM ELEITORAL DE PORTO VELHO; ANEXO III (SEÇÃO DE TRANSPORTE/ESTACIONAMENTO) E III CENTRO DE MEMÓRIA DA JUSTIÇA ELEITORAL/ARQUIVO CENTRAL, SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, NO EXERCÍCIO DE 2019.

T O T A L : 24.960,60

LIA MARIA
ARAUJO
LOPES:260468

LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

Assinado de forma digital por LIA MARIA ARAUJO LOPES
DN: c=BR, o=CP Brasil, ou=Secretaria de Justiça, ou=Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, ou=TRE RO, ou=Gerência, ou=LIA MARIA ARAUJO LOPES, ou=260468, email=lia.araujo@tre-ro.jus.br, cn=LIA MARIA ARAUJO LOPES, c=BR

irleda.maria@tre-ro.jus.br

IRLEDA M SOARES DA SILVA
GESTOR FINANCEIRO SUBSTITUTO

Assinado de forma digital por IRLEDA M SOARES DA SILVA
DN: cn=irleda.maria@tre-ro.jus.br, email=irleda.maria@tre-ro.jus.br, ou=Gerência, ou=LIA MARIA ARAUJO LOPES, ou=260468, email=lia.araujo@tre-ro.jus.br, cn=LIA MARIA ARAUJO LOPES, c=BR